



Vitória política do movimento O governo e o prefeito voltam atrás no aumento das passagens

A tenaz disposição da juventude em marchar noite a dentro, bloqueando o sistema viário de São Paulo e enfrentando a repressão policial, arrancou de Alckmin (PSDB) e Haddad (PT) a revogação do aumento das tarifas dos transportes. Caíram os R\$ 0,20. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro e outras capitais. As massas nas ruas mostraram sua força.

Economicamente, a vitória é pequena. Politicamente, uma grande vitória.

A maioria continuará penando para pagar os R\$ 3,00, que se duplicam ou triplicam, tamanhas são as distâncias. Continuará levantando mais cedo. Continuará horas no trânsito. E continuará espremida nos ônibus e metrô. E sofrerá com os custos de mais impostos e cortes de gastos públicos, anunciados por prefeitura/PT e governo/PSDB para preservar o lucro dos empresários dos transportes.

Os explorados arcam com todas as deficiências e ineficiências do capitalismo. A exploração do trabalho e o lucro não permitem que as massas tenham acesso aos bens reservados à burguesia e à classe média rica. É o que acontece, também, com a moradia, saúde e educação.

As favelas que crescem sem parar, os hospitais do SUS com suas macas nos corredores, as crianças famintas que não conseguem se alfabetizar e os jovens que desistem dos estudos atormentam a maioria. A marginalidade, as discriminações e as matanças policiais atingem amplamente a juventude oprimida. São reflexos estruturais do capitalismo. Expressam o salário mínimo de fome, o subemprego e o desemprego.

Sobre essas forças sociais comprimidas pelo Estado policial, os partidos da burguesia fazem seus banquetes. Os capitalistas ficam mais ricos. A classe média alta exibe luxuosa boa vida. Diariamente, as famílias operárias e as da classe média pobre se confrontam com toda sorte de dificuldade e de calamidade. Eis por que as massas acabam, instintivamente, por se chocar com o regime social que reserva à esmagadora maioria o trabalho “escravo” e, à ultraminoria, o ócio, o parasitismo, o consumismo e a proteção.

O que o Brasil assistiu em suas capitais foi um levante da juventude, que começou com um pequeno grupo de classe média e que se estendeu pelos bairros miseráveis de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal, Salvador, Belo Horizonte, Belém e outras cidades.

Uma vitória das massas, não da política do MPL

Há vários anos, o Movimento Passe Livre vem realizando manifestações contra os aumentos, pelo passe livre a estudantes e desempregados. A polícia teve facilidade em golpeá-lo. Mas, desta vez, milhares reagiram ao ataque de guerra promovido pelo governador Alckmin (PSDB) e Haddad (PT).



Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013

É preciso distinguir o MPL - uma organização formada no Fórum Social Mundial que atua por meio das redes sociais - do movimento das massas. O agrupamento é formado por uns quantos universitários que batem na tecla dos transportes públicos, concebem a luta sem organização de base, sem organismos de decisão coletiva dos explorados e sem a presença de partidos (dizem-se apartidários).

O MPL insuflou a ideia de que as correntes de esquerda não podem levantar suas próprias bandeiras. Nas manifestações, seus ativistas chegaram a atacar os militantes que portavam as bandeiras partidárias. O uso da força para proibir a militância organizada mostrou um de seus traços reacionários.

Os partidos de esquerda que estavam nas manifestações são parte do movimento. Não são um corpo estranho da burguesia ali infiltrado. A imprensa aprovou o tal do “apartidarismo”, em se tratando de correntes revolucionárias. Ao mesmo tempo, insistiu que os partidos da ordem e os parlamentares deveriam se aproximar do movimento para canalizá-lo.

O ataque do MPL à democracia operária - que garante entre outros aspectos o direito de divergência e de expressão - não partiu das massas, embora estas estivessem com os partidos da burguesia e seus governos entalados na garganta e não soubessem distingui-los dos partidos que lutam contra o capitalismo. A campanha do MPL contra a expressão dos partidos de esquerda visou a incentivar os preconceitos burgueses anticomunistas.

Essa é a forma autoritária de conduzir um movimento da juventude, que eclode sem organização e que expressa tendências espontâneas de luta. E também é a forma de demonstrar para a burguesia e seus governantes que não querem mais do que pequenas concessões. O MPL agarra-se ao mais estreito reformismo. Por trás do apartidarismo



São Paulo, 13 de junho de 2013

mo, a experiência já mostrou claramente, está a posição pequeno-burguesa pró-capitalista. O que evidenciou na rejeição feita pelo MPL da bandeira de estatização da rede de transporte privada.

A vitória política do movimento de rua não se deve à política pequeno-burguesa (autonomismo) do MPL, mas apenas à disposição da juventude oprimida de sair às ruas, enfrentar a polícia e não ceder às pressões da burguesia.

Limite social e político do movimento

Em grande medida, os manifestantes são jovens, estudantes e de classe média pobre. Essa composição varia de capital a capital. É certo que, a partir de determinado ponto da luta, afluíram assalariados.

A massificação das marchas ultrapassou a bandeira de não aumento das passagens. Ampliou o horizonte da luta contra a situação de miséria e opressão capitalista. Ficou pequena a reivindicação de revogação do aumento. Tanto é que a batalha foi grande, para uma reivindicação tão limitada e um resultado econômico pequeno. Como dissemos, se considerado diante das terríveis necessidades dos explorados.

No momento em que as massas afluíram às ruas, ficou clara a possibilidade de romper os limites sociais das manifestações. A classe operária poderia intervir e tomar a dianteira, imprimindo sua política. A burocracia sindical a manteve contida e na posição de assistente. O MPL tudo fez para que não se ultrapassasse o marco da revogação do aumento.

As massas nas ruas criaram as condições sociais e políticas para se atingir a raiz da questão dos transportes coletivos e das condições de vida da maioria. No entanto, o MPL tapou com a viseira os olhos e a consciência política dos manifestantes perante as respostas necessárias.

Estiveram objetivamente colocadas as reivindicações de **ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DA REDE PRIVADA DE COLETIVOS, CONSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO PÚBLICO, CONTROLADO POR ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS E POPULARES, E IMPLANTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE.**

Por esse conjunto de soluções, torna-se possível combater os interesses dos capitalistas, defender os interesses da maioria explorada e avançar a luta revolucionária no terreno do combate pelo socialismo. Caso o movimento tivesse de aceitar o recuo dos governantes, teria, porém, colocado o programa do próximo embate. Teria mudado a composição social. Teria afastado a direita das manifestações. E teria de recuar organizado. Assim, a conquista da revogação teria sido apenas uma etapa de um longo embate.

A direção do MPL, pequeno-burguesa, infantil e ilusionista, imprimiu circunstancialmente, na ausência de uma direção classista, um limite que terá de ser rompido pelas massas.

O Estado policial

Tamanha mobilização em todo o País expressa a crise capitalista e as tendências profundas das massas em sair à luta. A bandeira de revogação do aumento das passagens foi de longe ultrapassada.

No dia 19, os governantes aceitaram a exigência do movimento. No dia 20, as massas saíram às ruas. O jornal o Estado de São Paulo estampou em sua capa a estimativa de 1 milhão. À 18 horas, no início da marcha do Rio de Janeiro, 300 mil tomaram a Av. Presidente Vargas. Logo mais esse número praticamente duplicou. O certo é que muito mais de 1 milhão ganharam as praças, ruas e avenidas em 100 grandes cidades.

Dirigiram-se às prefeituras, assembleias legislativas, câmaras municipais e ao Congresso (Brasília). Sitiaram-nas. Tentaram ocupá-las. Confrontaram-se com a Tropa de Choque. Em Brasília, a manifestação se postou diante do Planalto. Desta vez, se deparou com um poderoso bloqueio policial. Mesmo assim, o contingente mais avançado do movimento procurou invadir o Itamarati. Em Vitória, manifestantes atacaram o prédio da Justiça. No Rio de Janeiro, a Tropa de Choque saiu a campo para afastar as massas de frente da Prefeitura.

Mais uma vez, a imprensa acusou os vândalos e elogiou a maioria pacífica. As imagens de guerra do dia 13, que os governos procuraram apagar com o sinal de democracia, voltaram e espalharam-se. A Tropa de Choque voltou a combater os manifestantes com as balas de borracha. Atirar no rosto contra manifestantes desarmados é a prática bárbara desse braço armado da burguesia.

A gigantesca movimentação das massas fez saltar à vista o Estado policial brasileiro. Evidenciou que a dominação de milhões de operários, de camponeses pobres, de sem-terra, de nacionalidades índias oprimidas, de uma vasta camada de classe média arruinada e de milhares e milhares de subempregados, de desempregados e de favelados miseráveis depende de um Estado policial. As ações radicalizadas de um pelotão avançado do movimento – e fora de seu controle – fez saltar, do chamado Estado de Direito, o real Estado Policial.

Construir a direção revolucionária

A grande maioria daqueles que se lançaram às ruas foi movida por profundos descontentamentos com as condições de existência e com a política da burguesia. Mas se arremessou às ruas sem uma direção classista e revolucionária. Não teve como arrancar do seu meio as bandeiras de interesse dos partidos burgueses. Não pôde aglutinar-se



Manifestação começou com todos levantando suas bandeiras

em torno de reivindicações que concretizassem suas necessidades. E não impôs uma coesão de método de luta coletiva.

Em grande medida, as massas se movimentaram impulsionadas espontaneamente pela calamidade que padecem. Nisso está sua força e sua fraqueza.

Sem uma direção revolucionária, não há como unir os explorados na luta por um programa de reivindicações, que contenha a estratégia histórica do proletariado. Ao contrário do que apregoa MPL, o papel do partido marxista-leninista-trotskyista é decisivo para a organização e condução da luta.

Falseia-se a realidade quando se supõe que o movimento contra o aumento das passagens não é parte e expressão da luta de classes. O caudaloso movimento não se chocou apenas contra os governos responsáveis pelos aumentos, mas contra o Estado burguês. Ou seja,

contra a política geral da classe capitalista, contra os interesses dos exploradores.

Esse é o principal acontecimento que expõe cruamente a crise de direção revolucionária, aberta pela revisão estalinista do bolchevismo, destruição da III Internacional e o processo de restauração capitalista. É o que estamos assistindo na Europa que se decompõe e no convulsivo Oriente Médio e Norte da África.

As revoltas pareciam longe do Brasil. Aproximaram-se. Ocorre uma grande mudança nas relações de força entre as classes, motivada pela bancarrota mundial do capitalismo. Há, portanto, que se trabalhar incessantemente pela organização do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. O POR militou em todos os estados em que está organizado empunhando as reivindicações e esse objetivo.

O movimento multitudinário expõe governismo da UNE e fraqueza da ANEL

Os atos contra o aumento da tarifa que iniciam em São Paulo quatro dias após o encerramento dos congressos da UNE e ANEL expõem a incapacidade dessas entidades de se constituírem como direção desse movimento. De um lado, a UNE não mobiliza os estudantes a comparecerem massivamente nos atos. As quase 20 mil pessoas presentes no CONUNE mostram a força organizativa dessa entidade, mas também expõem sua fragilidade política. É uma entidade vendida ao governo federal/PT. A convocação massiva de sua base estudantil, majoritariamente de faculdades particulares, por meio de programas como o Prouni e Fies, implicaria no choque direto com o PT, que está na prefeitura de São Paulo.

A ANEL rechaçou a bandeira de salário mínimo vital no 2º congresso da entidade. Bandeira esta capaz de unificar a classe proletária à juventude que já estava nas ruas. Alinhou-se à política reformista do MPL, que se mostrou insuficiente para responder de forma concreta o problema dos transportes, sendo para isso necessária a defesa da bandeira de estatização, sem indenização aos capitalistas, a qual o MPL abertamente rejeitou. As massas permaneceram nas ruas mesmo após a revogação dos R\$0,20. Não se trata apenas de uma reivindicação material. Manifestou-se-se na luta contra o au-

mento da tarifa a resistência à opressão a um setor que mais sofre com um sistema apodrecido, que reserva à juventude os maiores índices de desemprego, a educação que mal alfabetiza, a criminalização e o preconceito. Temos uma geração em que imensa maioria não tem perspectiva de vida.

Duas entidades incapazes de defender as bandeiras que atendam as necessidades gerais da juventude. Apoiam-se na pequena burguesia, sua base de sustentação, ficando obrigadas a defenderem uma política pró-burguesa, que não coloca em questão a propriedade privada, que não mexe nos lucros dos capitalistas, que não direciona a imensidão que toma as ruas contra o Estado. São direções que se mostraram mortas para a luta pelo socialismo.

A ausência de uma direção proletária faz com que essa juventude que se levanta caminhe em direção da trincheira inimiga. A grande conquista de tomar as ruas e mostrar ao mundo a fortaleza que é a juventude, que resiste de pé a dura opressão de classe, está sendo tomada pela burguesia, que agora ocupa espaços penetrando a disputa interburguesa nas manifestações. As bandeiras de repúdio à PEC-37, fim da corrupção, reforma política, mensalão não surgiram como expressão das massas, mas da burguesia em disputa eleitoral.

Plenária Estadual da ANEL: não preparou os estudantes para a mobilização nas ruas

A crise de direção é a essência do problema do movimento contra o aumento da tarifa. Deve ser o cerne da discussão e balanço das direções das esquerdas, mas não foi o que se viu na Plenária Estadual da Anel/SP, realizada no dia 22 de junho, convocada para decidir o rumo do movimento, em que estiveram presentes na mesa de abertura a executiva nacional da ANEL, o sindicato dos metroviários, o MTST e o MPL.

A ascensão da direita nos atos, a necessidade da unidade com os trabalhadores, a bandeira de estatização, sem indenização e o Fora Feliciano foram o central da discussão, que se deu de forma distracionista. Para o PSTU, corrente hegemônica dentro da ANEL, a ascensão da direita nacionalista foi vista como uma manifestação daqueles insuflados pela copa, e que não mereceria a atenção, mas a paciência da militância com aqueles de "senso comum". Nada de concreto foi aprovado para que de fato a unidade com os trabalhadores fosse conquistada. A bandeira de salário mínimo vital já havia sido rechaçada no congresso, mas a participação do operário depende de uma pauta operária. O aumento da tarifa é um ataque ao salário. A unidade entre

a juventude e os assalariados se concretiza na bandeira que defende a vida desses explorados, por meio do **Salário Mínimo Vital** que responde às necessidades básicas de vida, com reajuste automático à inflação.

Essa plenária expressou novamente que se trata de uma direção que, para atender aos anseios de sua base social pequeno burguesa, defende com leviandade as bandeiras das massas oprimidas, conjuntamente com bandeiras que não expressam as necessidades gerais da juventude oprimida, mas a insatisfação da pequena burguesia. A Anel torna-se um canal para que este setor manifeste suas insatisfações, expressas nas bandeiras de Fora Feliciano.

A conclusão que se tira é que a Plenária Estadual da ANEL revela que os desvios distracionistas e o burocratismo dessa pretensa direção a tornam incapaz de se constituir numa direção revolucionária que conduza o movimento segundo um programa proletário, que expresse a raiz da opressão à juventude, motor desse levante multitudinário, que conduza essa massa que está nas ruas a combater a burguesia, agente da exploração.

Frente única da esquerda em defesa da liberdade de Expressão política!

O movimento contra o aumento da tarifa alcançou uma de suas maiores vitórias no ato nacional do dia 20 de junho, quando as esquerdas se unificaram e em bloco marcharam contra a direita, que sob a máscara do pacifismo e do apartidarismo, comparece nos atos ateando fogo nas bandeiras dos partidos de esquerda. Esses grupos são um agente da burguesia organizada contra os partidos que reivindicam do socialismo. A esquerda saiu em bloco em defesa da liberdade de manifestação política.

Nos últimos dois atos impediu-se que fossem levantadas bandeiras de correntes de esquerda e sindicatos. Os que levantavam as bandeiras de suas organizações eram perseguidos. A orientação de “movimento sem partido” foi orquestrada pela imprensa burguesa. O MPL com um discurso de “apartidarismo, mas não antipartidário” na

prática colaborou para fortalecer a orientação capitalista de rechaço às organizações de esquerda.

As esquerdas devem atuar para concretizar uma frente única em defesa das reivindicações das massas. O aumento do número de pessoas ocupando as ruas demonstrou ser uma luta que vai além da revogação das tarifas de transporte. A população começa a sentir o agravamento da crise capitalista no Brasil. O alto custo de vida, expresso principalmente no preço dos alimentos, salário de fome, a violência da polícia contra a juventude nas periferias, a falta de condições materiais nos hospitais e escolas públicas – são problemas enfrentados diariamente pela maioria. A defesa das reivindicações, de forma clara e objetiva, conduzirá as massas a se chocarem organizada e coletivamente contra os ataques fascistas da burguesia.

Lutas contra o aumento da passagem desencadeiam manifestações em todo o país

O pedido realizado pela presidente Dilma Rousseff para que o aumento de tarifas dos transportes coletivos fosse realizado apenas no mês de junho correspondia a uma medida artificial para amenizar os índices de inflação. Grande parte das prefeituras e governos estaduais atendeu ao pedido do poder executivo central, porém ressaltaram que os aumentos das tarifas eram necessários para manter a operação e lucratividade das empresas do setor. A intervenção de Dilma para diminuir os impactos políticos da alta do custo de vida foi um autêntico tiro no pé.

A primeira grande mobilização na cidade de São Paulo, ocorrida em 06 de junho, aglutinou cinco mil pessoas e caminhou por importantes vias do centro, parando o trânsito e não aceitando a condução da passeata pela polícia. O Estado se utilizou largamente da justificativa de vandalismo e depredação do patrimônio público para reprimir, dissolver e deter os manifestantes, em sua maioria estudantes. Intransigência em relação ao aumento e repressão marcavam as posições de Alckmin e Haddad, quando em 13 de junho, em ato amplamente coberto pela imprensa, a Tropa de Choque da polícia agride gratuitamente a manifestação, inclusive jornalistas, totalizando mais de duzentos detidos, muitos deles por porte de vinagre. A repressão rapidamente mostrou as proporções da luta contra o aumento da passagem em São Paulo e no restante do país.

Os estudantes das principais capitais e cidades brasileiras estavam organizando a resistência contra o aumento da tarifa. O apoio da

população, embora passivo, e a repressão da polícia e dos governos contribuíram para o crescimento multitudinário dos movimentos. Em São Paulo (200 mil), Rio de Janeiro (600 mil), Belém (25 mil), Brasília (50 mil) Belo Horizonte (50 mil), Salvador (15 mil), Porto Alegre (15 mil) e muitas outras rapidamente converteram-se em repúdio à corrupção, aos excessivos gastos com estádios para a Copa do Mundo e aos partidos políticos oficiais. Mesmo sem uma direção política, as massas que protestavam, em sua grande maioria da pequena-burguesia urbana, obrigaram os governos de diversas cidades a revogar o reajuste nas tarifas de ônibus, a começar por São Paulo e Rio de Janeiro, sendo daí seguido por outras cidades.

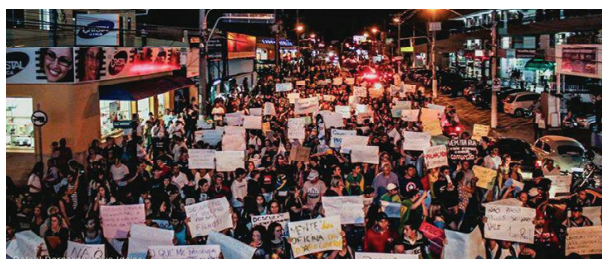
Em comum, as manifestações expressaram o descontentamento da classe média com os governos de todas as esferas, sendo as mobilizações referendadas pela população. O levante espontâneo e o ingresso tímido do conjunto da população explorada pelo capitalismo favoreceu que a burguesia disciplinasse os movimentos, isolando-os de métodos de luta radicais e violentos. A espontaneidade e a incapacidade das direções pequeno-burguesas de organizar o movimento em torno de consignas revolucionárias, de combate à exploração capitalista, favoreceu o predomínio de posições pacifistas, reformistas e de traços nacionalistas. A ausência do proletariado à frente dos levantes nacionais, dirigido pelo seu partido, é a crise de direção, isto é, as propostas de solução dos males da sociedade esbarram nos marcos da manutenção do trabalho assalariado e da burguesia como classe dominante.



Manifestação em Mossoró (RN)



Reitoria da UFMG ocupada, em protesto pelo uso do campus como base para a repressão às manifestações em Belo Horizonte



Manifestação em Caraguatatuba (SP)



Manifestação em Fortaleza (CE)